

balho profissional as mais das vezes mecânico ou árido, a necessidade máxima de alimentar física e psiquicamente as necessidades de crianças (tarefa para que se prepara empírica e familiarmente apenas, porque mencionar com frequência as Glórias de Ser Mãe não constitui propriamente uma formação) e as necessidades de um homem adulto, entidade carregada da culpa máxima de dever ser e, não raro, exigir ser, um Redentor e uma Razão de Vida. Encontra-se com o dever de corresponder ao ideal da Boa Dona de Casa, forjado numa época sem detergentes nem máquinas de lavar, populosa de pessoal doméstico, e gostosamente alimentado por uma época escassa do mesmo, mas de cada vez mais detergentes e cada vez mais máquinas de diversíssimas cores. A linha divisória entre o supérfluo e o necessário, que segundo a própria Patrística deveria ser medida pela necessidade dos outros, esbate-se, tal como para a criança, perante as solicitações do momento, as da competição publicitária, as da competição familiar e social, as da competição. A rapariga, tornada mulher, não mais sabe suas necessidades reais, sabe apenas deveres e desejos imediatos, que não mais têm o cunho da satisfação de servir propostas claras de formas adultas de existir. Não mais sabe ou pode uma acção que corresponda a necessidades profundas, sem conflito.

Irremediável mal da condição feminina, numa sociedade que precisa do trabalho da mulher? Ou mal transitório de uma sociedade em devir, de uma outra forma de existir em comum, concebida fundamentalmente por homens, e que ainda não soube assumir como valor, como proposta tenaz e coerente, a importância da mulher igualmente na sua fundamental especificidade sexual e ainda e mais na sua importância de ser humano, adulto por seu trabalho escolhido, por sua necessidade e dever aceites sem conflito, por sua participação no diálogo fecundo entre a totalidade da família e a totalidade da comunidade a que pertence?

*Alberto  
Requeira*

## **Cursos de formação em Desenvolvimento Económico — alguns aspectos característicos**

1. A instituição de cursos de formação em desenvolvimento económico e social foi consequência natural do interesse progressivamente crescente que os países mais bem colocados na escala do bem-estar foram atribuindo à formação de elites autóctones, técni-

cas e outras, que permitissem o arranque para o desenvolvimento mesmo das nações mais atrasadas.

Considerações de vária ordem, entre as quais os aspectos políticos assumem notoriamente grande relevância, explicam esse re-  
crudescimento de interesse pelas situações de atraso generalizado. Não só países, como também organizações internacionais, têm dedicado fundos consideráveis a esse objectivo de formação, com resultados sem dúvida positivos mas que não ocultam sérias limitações, de conceito e de forma, das iniciativas em que tal objectivo se tem vindo a concretizar. Uma breve reflexão, justificada por experiência recente no domínio em análise, sobre essas insuficiências é a razão de ser desta nota.

Duas orientações dominantes e que aliás se praticam conjuntamente são as de integrar os estudantes vindos dos países subdesenvolvidos em ciclos normais de estudo de universidades estrangeiras ou fazê-los frequentar cursos, mais ou menos intensivos, de desenvolvimento económico e social dentro de institutos criados com esse objectivo específico primordial. No primeiro caso, embora naturalmente os resultados dos programas de estudo variem consideravelmente consoante o grau de preparação de base dos instruendos e a medida da sua integração nos problemas da comunidade progressiva que, parcialmente, aqueles programas reflectem, não existe diferenciação apreciável no esquema de tratamento das duas categorias de alunos — os nacionais e os oriundos doutras regiões. A premência da formação de mais elevado número de técnicos, constantemente sugerida pelo estudo minucioso das necessidades pluriformes dos países subdesenvolvidos, que não se compadecia com os ritmos habituais do ensino universitário clássico — quer no número de anos de aprendizagem, quer na vastidão de matérias tratadas — aconselhou a adopção de uma solução «mais económica» em que se concentraria no tempo e no tipo de informação e reflexões a fomentar o que de mais essencial parecesse aos futuros dirigentes e trabalhadores técnicos dos países atrasados. Daí a proliferação em vários países europeus (nomeadamente, a França, a Holanda, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Itália) e também nos Estados Unidos, de institutos e dos cursos especializados de desenvolvimento a que logo de início se fez referência e de que nos ocuparemos em particular<sup>1</sup>.

Em que medida tal esforço de formação tem encontrado correspondência nos benefícios concretos experimentados pelas comunidades atrasadas do reforço de aptidão e de tecnicismo que obtêm por essa via? Por outras palavras, qual a verdadeira produtividade desse tipo de assistência ao desenvolvimento? Não sendo fácil encontrar elementos estatísticos de natureza a confirmarem as re-

---

<sup>1</sup> Cf., a este título, a recente publicação *Inventaire des possibilités de formation en Europe*, O. C. D. E., 1965.

flexões a seguir expendidas, elas não poderão ter mais do que um carácter exploratório, o que só induz à conveniência de repensar o assunto futuramente em termos rigorosos.

2. Em primeiro lugar, entende-se que, com frequência, os técnicos formados no estrangeiro hesitam, findos os seus cursos, no regresso aos países de origem. A atracção que as metrópoles europeias exercem sobre os estudantes doutros continentes, que nelas disfrutam por vezes de nível de rendimentos muito razoável — graças a bolsas de estudo concedidas com certa liberalidade — é dos principais factores explicativos do alongamento dos períodos de trabalho que se poderiam ter por estritamente indispensáveis à aquisição dos conhecimentos básicos em múltiplos ramos científicos e técnicos. Acresce que nas economias evoluídas existe um considerável dinamismo das estruturas de produção que provoca a eclosão quase constante de necessidades de mão-de-obra qualificada neste ou naquele sector e daí a possibilidade de absorpção pelas actividades locais de parte da oferta de trabalho qualificado dos técnicos estrangeiros que aliás, encarada de um ponto de vista relativo, é pouco mais que insignificante.

Em segundo lugar, deparam-se-nos condicionalismos relacionados com a própria organização dos estudos de introdução às técnicas do desenvolvimento e ao grau de heterogeneidade da população escolar que os segue e do professorado que os lecciona.

Em geral, os estudos desse tipo incluem uma muito vasta gama de temas, em particular:

— geografia humana, incluindo os aspectos característicos da economia dos países subdesenvolvidos;

— economia do desenvolvimento, incluindo os aspectos de teoria económica que mais de perto podem interessar ao esclarecimento conceptual do problema em causa;

— instrumentos matemáticos, estatísticos e econométricos utilizáveis para fins de planeamento económico, nomeadamente análises de correlação e regressão, estabelecimento de funções de produção, construção de quadros de interrelações sectoriais, apresentação de programas lineares, etc.;

— técnicas de programação económica, incluindo o estudo de modelos de programação aplicáveis a países de problemática muito diferenciada;

— aspectos sociológicos e filosóficos do processo de desenvolvimento.

3. Como parcela significativa desses cursos é organizada de forma relativamente intensiva, existem naturais dificuldades de síntese e de assimilação de matérias que, muitas delas, não ostentam tradição de ensino universitário nem ultrapassaram por vezes

a fase de discussão sobre a própria validade dos seus fundamentos. As exposições correm assim o risco de uma exagerada simplificação ou, pelo contrário, de se converterem numa prolixa revisão de concepções teóricas ou de aplicação que não deixarão muito tempo à tentativa de interpretação crítica pessoal que, nestas como noutras matérias, convirá especialmente a um objectivo de formação.

Por outro lado, as experiências de leccionação com que é possível contactar em tais instituições resultam demasiado heterogéneas. Existe notória preocupação em interessar na reflexão sobre os problemas do subdesenvolvimento indivíduos das mais diversas culturas e atitudes mentais, o que também se repercute no convite formulado a professores ou técnicos nacionais e estrangeiros, de variada formação, no sentido de se encarregarem da leccionação dos diferentes cursos. Simplesmente, o próprio facto do desenraizamento de boa parte dos leccionadores em relação à comunidade cultural em que se vão integrar, dificulta o enquadramento dos programas dos diferentes cursos numa perspectiva coerente de análise dos problemas em causa.

A maior ou menor riqueza de experiências concretas, provocará vincadas diferenciações no nível de orientação dos trabalhos e no interesse despertado pelas diferentes matérias, independentemente do carácter prioritário de que ventualmente se revista o estudo de algumas delas. Acabamos assim por conceber um tipo de organização de estudos mais fundado na aptidão especial de algumas personalidades do que propriamente na existência de um plano que defina com certa firmeza a posição e as funções dos vários corpos de conhecimento a promover no quadro das actividades de formação.

4. Frequentemente, aparece integrada no esquema de trabalhos das instituições especialmente motivadas pelo ensino em matéria de desenvolvimento económico a realização de estágios de aperfeiçoamento em centros de investigação universitários ou órgãos privados, nomeadamente serviços públicos ou sociedades privadas de consultores. Trata-se, com efeito, de complementos de formação potencialmente valiosos, dado o seu carácter de aplicação concreta de técnicas apreendidas, mas ainda não justamente avaliadas nas suas limitações e condicionalismos de utilização específicos. O problema surge aí na frequente falta de acompanhamento e orientação superior desses trabalhos especializados, que ocasionam um baixo rendimento dos períodos de estágio, não falando já dos exemplos, aliás numerosos, de dispensa ou supressão dos programas de estágios previamente anunciados por dificuldades de momento.

Um aspecto que convém igualmente destacar para compreensão das limitações atinentes à formação em desenvolvimento

económico respeita às consideráveis diferenças de maturidade, de adiantamento dos estudos e de formação elementar dos estudantes. Como boa parte das candidaturas à frequência dos cursos é apresentada através de organizações nacionais e internacionais que cobrem domínios de actuação muito vastos e que dispõem necessariamente de um mecanismo burocrático insuficientemente selectivo, e devido por outro lado à insuficiente diversificação dos cursos de desenvolvimento económico actualmente existentes — cada qual pretendendo cobrir uma grande variedade de aspectos recorrentes a técnicas e especializações dissemelhantes —, os testes de admissão perdem grande parte do seu rigor, permitindo a participação de candidatos menos aptos ou não preparados para certas tarefas fundamentais, de tudo resultando consideráveis prejuízos no aproveitamento escolar. Fica pois em causa a necessidade de um aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação dos candidatos para o tipo de curso — e respectivos graus de capacidade — mais aconselhável aos seus interesses e possibilidades.

5. A juventude dos institutos de formação em desenvolvimento económico, para além do emperramento da máquina administrativa e do grau de improvisação que distingue grande parte das suas actividades, manifesta-se finalmente numa ambiguidade fundamental — a de não terem conseguido decidir-se, com frequência, por uma sua especialização na análise das condições de desenvolvimento das economias atrasadas ou no estudo das condições do progresso económico em geral. Uma das razões fundamentais de tal ambiguidade consistirá, certamente, no aumento de interesse que a população escolar dos países mais evoluídos — onde tais cursos se professam — manifesta por uma formação em desenvolvimento económico, fora dos quadros algo académicos do ensino nas faculdades tradicionais. A maior participação desses estudantes, integrados em sociedades norteadas por objectivos e dispondo de recursos de vária ordem, bem diferentes dos dos países atrasados, na frequência dos cursos de desenvolvimento económico poderá, eventualmente, acelerar a diminuição do predomínio da problemática própria dos países atrasados nas finalidades desses cursos, fenómeno que hoje se desenha já com certa nitidez.

Justificava-se uma atenção particular atribuída às facetas negativas ou mais discutíveis dos cursos de formação em desenvolvimento económico. Habitualmente, põem-se sobretudo em destaque os benefícios e virtualidades a esperar do alargamento de actividades nessas matérias. E destes justificam menção especial o contacto com novas técnicas, algumas delas representando etapas científicas muito recentes e ainda não exploradas em todas as suas implicações, a oportunidade de travar conhecimento com experiências de planeamento e de política económica muito elaboradas, o ensaio de discussão em equipa dos múltiplos proble-

mas que afectam o desenvolvimento das comunidades atrasadas, para apenas citar alguns exemplos.

De qualquer modo, parece haver cabimento para melhorias substanciais no apoio à formação de élites técnicas nos países de menor desenvolvimento económico e social a prestar pelas nações que atingiram níveis consideráveis de bem-estar, melhorias a extrair de uma mais cuidada programação de actividades de formação, de uma maior exigência de qualificações aos docentes e discentes e — o que não é contraditório — da extensão de oportunidades a um maior número de candidatos.

*Aurora  
Murteira*

## **A extensão do sector público industrial e os seus objectivos**

1. A participação activa do Estado na vida económica é, já há algum tempo, facto incontroverso e generalizado nas chamadas economias capitalistas. Tornou-se assim ultrapassada a posição que associava essa participação exclusivamente a esquemas socialistas, uma vez que diversas manifestações da intervenção directa do Estado na actividade económica — o planeamento, a empresa pública ou semi-pública — são hoje correntes em países cuja ideologia liberal não deixa lugar a dúvidas. É o caso do Japão que nos oferece o exemplo de um vasto sector público industrial, como é o caso de muitos países do Ocidente Europeu onde a empresa pública ocupa lugar de relevo.

Mas quais os motivos que determinaram que países de princípios incontestavelmente liberais, como são os países da Europa Ocidental e onde, portanto, a iniciativa privada é não só aceite como certamente desejada, se decidissem por entregar ao Estado uma parte da actividade industrial?

2. É sobretudo em consequência das duas guerras mundiais e da crise económica dos anos 30 que as empresas públicas ganharam vulto nos países da Europa. As nacionalizações sucederam-se entre 1935 e 1950, justificadas principalmente por razões de ordem política e social mas também por razões de ordem económica.

Essencialmente foram quatro os objectivos tradicionais das